

DO MOVIMENTO NACIONAL
À NAÇÃO PLENAMENTE FORMADA:
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO
NACIONAL NA EUROPA
(1993)

Miroslav Hroch

A nação tem sido uma companheira inseparável da história européia moderna. Não é difícil ironizar o registro do "nacionalismo" no passado e no presente, criticar seu papel e, nesse processo, atribuir notas boas ou más a diferentes grupos, personalidades ou mesmo nações. Há um público que aprecia esse procedimento, mas ele não deve ser confundido com uma abordagem científica do assunto. Os historiadores não são juízes; sua tarefa é explicar as transformações históricas. Nos últimos anos, tem havido um volume significativo de novos textos sobre as nações e o nacionalismo, boa parte deles produzida por cientistas sociais que desenvolvem quadros de referência teóricos e, em seguida, ilustram suas generalizações com exemplos seletos. Os historiadores preferem começar pela pesquisa empírica e então partir para conclusões mais amplas. Meu próprio trabalho não procurou propor uma teoria da construção das nações, mas desenvolver métodos efetivos para classificar e avaliar as experiências de construção nacional como um processo inserido numa história social e cultural mais ampla — tratadas não como um punhado de acontecimentos singulares e impossíveis de repetir, mas como parte de uma grande transformação da sociedade, passível de generalizações controláveis.¹ Porém, é importante frisar desde logo que estamos muito longe de poder explicar todos os grandes problemas suscitados pela formação das nações modernas. Os historiadores dos movimentos nacionais concordam em que há numerosas lacunas nos dados e em nossa compreensão sobre eles. Nesse sentido, todas as conclusões defensáveis continuam a não ser mais que constatações parciais, e todas as "teorias" devem ser tomadas como projetos para pesquisas futuras. Adotando um tom

A construção da nação é sempre o resultado de uma grande transformação da sociedade.

polêmico, poder-se-ia dizer que, no momento, temos uma superprodução de teorias e uma estagnação das pesquisas comparadas sobre o assunto.

NAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL

Penso que essa desventura deve-se, em parte, a uma confusão conceitual muito difundida. É que, hoje, o processo pelo qual as nações se formaram na Europa é tipicamente representado como o desdobramento ou a disseminação das idéias do "nacionalismo". Isso talvez se aplique, em especial, à recente literatura anglo-saxônica.² A meu ver, esse é um modo enganoso de examinar o assunto. Pois a difusão de idéias nacionais só podia ocorrer em contextos sociais específicos. A construção das nações nunca foi um mero projeto de intelectuais ambiciosos ou narcisistas, e as idéias não podiam circular pela Europa por sua própria força inspiradora. Os intelectuais só podem "inventar" comunidades nacionais se já existirem algumas precondições objetivas para a formação de uma nação. Muito tempo atrás, Karl Deutsch observou que, para que surja uma consciência nacional, tem que haver algo de que ela se conscientize. As descobertas isoladas do sentimento nacional não explicam por que elas se repetiram em tantos países, independentemente umas das outras, em condições diferentes e em épocas diferentes. Esse problema só pode ser elucidado por uma abordagem que busque identificar alguma semelhança subjacente nas razões por que as pessoas aceitaram uma nova identidade nacional. Essas razões podem ser verbalizadas, mas, abaixo do nível da "política das altas esferas", freqüentemente não se verbalizam.

"Nação" não é, evidentemente, uma categoria eterna. Foi produto de um longo e complexo processo de desenvolvimento histórico na Europa. Para nossos fins, vamos defini-la desde logo como um grande grupo social, integrado não por uma mas por uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômicas, políticas, lingüísticas, culturais, religiosas, geográficas e históricas) e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva. Muitos desses laços seriam mutuamente substituíveis — alguns desempenhando um papel particularmente importante num processo de construção de uma nação e não mais que um papel secundário em outros. Mas, dentre eles, três se destacam como insubstituíveis: (1) a "lembrança" de algum passado comum, tratado como um "destino" do grupo, ou, pelo menos, de seus componentes centrais; (2) uma densidade de laços lingüísticos ou culturais que permitam um grau mais alto de comunicação social dentro do grupo do que fora dele; e (3) uma concepção que afirme a igualdade de todos os membros do grupo, organizado como uma sociedade civil.

→ O processo pelo qual as nações se construíram, em torno desses elementos centrais, não foi preordenado nem irreversível. Podia ser interrompido, assim

como podia ser retomado depois de um longo hiato. Olhando para a Europa como um todo, fica claro que ela passou por dois estágios distintos e de duração desigual. O primeiro começou durante a Idade Média e levou a dois desfechos muito diferentes, que deram pontos de partida contrastantes ao segundo estágio, de transição para uma economia capitalista e uma sociedade civil. Nessa época, o caminho para a nação moderna, no sentido pleno da palavra, proveio de uma de duas situações sociopolíticas antitéticas (embora, é claro, houvesse casos transicionais). Em grande parte da Europa Ocidental — Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Suécia, Holanda —, bem como mais a leste, na Polônia, os primeiros Estados modernos desenvolveram-se sob o domínio de uma cultura étnica, quer sob forma absolutista, quer como um sistema de Estados representativos. Na maioria desses casos, o regime feudal tardio foi posteriormente transformado, através de reformas ou revoluções, numa sociedade civil moderna, em paralelo à construção de um Estado nacional como comunidade de cidadãos iguais. Na maior parte da Europa Central e Oriental, por outro lado, uma classe dominante “exógena” dominou grupos étnicos que ocupavam territórios compactos, mas aos quais faltavam uma nobiliarquia, uma unidade política ou uma tradição literária contínua “próprias”. Minha pesquisa interessou-se por esse segundo tipo de situação. É um erro, contudo, supor que ela nunca tenha existido também na Europa Ocidental. A difícil situação do “grupo étnico não dominante” passou a ser identificada com regiões da Europa Oriental e do Sudeste Europeu — como o destino dos estonianos, ucranianos, eslovenos, sérvios ou outros. Mas, originalmente, houve muitas comunidades similares também na Europa Ocidental e no Sudoeste Europeu. Ali, porém, o Estado medieval ou moderno (na sua primeira fase) assimilou a maioria delas, embora um número expressivo de antigas culturas distintas tenha persistido durante esses processos de integração — irlandeses, catalães, noruegueses e outros (na Europa Oriental, os gregos talvez constituam uma analogia).³ Houve ainda um importante conjunto de casos transicionais, nos quais as comunidades étnicas possuíam “suas próprias” tradições literárias e classe dominante, faltando-lhes, no entanto, a condição comum de Estados — os alemães e os italianos, ou, mais tarde (depois da perda de sua comunidade nacional), os poloneses.

Pois bem, no segundo tipo de situação, no qual meu trabalho se concentrou, pode-se datar a instauração do estágio moderno de construção nacional. Ela ocorreu no momento em que alguns grupos seletos, dentro da comunidade étnica não dominante, começaram a discutir sua etnia e a concebê-la como uma nação em potencial. Cedo ou tarde, eles notaram algumas deficiências, elementos que ainda faltavam à futura nação, e se esforçaram para superar uma ou mais delas, procurando convencer seus compatriotas da importância de pertencer conscientemente à nação. Dou a esses esforços organizados de conquistar todos //

// os atributos de uma nação plena (que nem sempre tiveram êxito em toda parte) o nome de movimento nacional. A atual tendência a falar neles como "nacionalistas" leva a uma grave confusão. É que o nacionalismo, *stricto sensu*, é outra coisa, ou seja, é a visão que confere absoluta prioridade aos valores da nação perante quaisquer outros valores e interesses. Estava longe de ser verdade que todos os patriotas dos movimentos nacionais da Europa Central e Oriental, no século XIX ou início do século XX, fossem nacionalistas nesse sentido da palavra. O termo mal pode ser aplicado a figuras tão representativas quanto o poeta norueguês Wergeland, que tentou criar uma língua para seu país, o escritor polonês Mickiewicz, que ansiava pela libertação de sua pátria, ou mesmo o estudioso tcheco Masaryk, que formulou e executou um projeto de independência nacional, depois de lutar a vida inteira contra os nacionalistas tchecos. O nacionalismo foi apenas uma dentre muitas formas de consciência nacional que emergiram no decorrer desses movimentos. Mais tarde, é claro, não raro o nacionalismo se tornou uma força significativa nessa região, tal como fez mais a oeste, na região dos Estados nacionais, como um tipo de política de poder com toques irracionais. Mas o projeto do movimento nacional clássico foi de outro tipo. Suas metas englobavam três grupos principais de demandas, que correspondiam aos déficits sentidos na vida nacional: (1) o desenvolvimento de uma cultura nacional, baseada na língua local, e seu uso regular na educação, no governo e na vida econômica; (2) a conquista de direitos civis e da autogestão política, a princípio sob a forma da autonomia e, por fim (em geral muito tarde, como uma demanda expressa), de independência;⁴ (3) a criação de uma estrutura social completa a partir do grupo étnico, incluindo elites instruídas, um oficialato e uma classe empresarial, bem como — quando necessário — camponeses livres e trabalhadores organizados. A relativa prioridade e o momento desses três conjuntos de demandas variaram em cada caso. Mas a trajetória de qualquer movimento nacional só se consumava quando todos eram atendidos.

Entre o ponto de partida de qualquer movimento nacional e sua conclusão exitosa, podem-se distinguir três fases estruturais, de acordo com o caráter e o papel dos que foram atuantes nele e com o grau de consciência nacional emergente no grupo étnico como um todo. Durante um período inicial, que chamei de Fase A, as energias dos militantes eram sobretudo dedicadas à investigação culta e à disseminação de uma consciência dos atributos lingüísticos, culturais, sociais e, às vezes, históricos do grupo não dominante — mas, de modo geral, sem insistir em demandas especificamente nacionais para remediar as deficiências (alguns sequer acreditavam que seu grupo pudesse transformar-se numa nação). Num segundo período, ou Fase B, surgia uma nova gama de ativistas, que então procuravam atrair o maior número possível de membros de seu grupo étnico para o projeto de criar uma futura nação, através da agitação patriótica para "despertar" entre eles a consciência nacional — a princípio, em geral, sem

Três fases estruturais: (A) investigação e disseminação da consciência cultural, social e histórica do grupo não dominante.
(B) surgimento de uma nova gama de ativistas.

grande sucesso (num subestágio), porém, mais tarde (noutro subestágio), encontrando um público cada vez mais receptivo. Quando a maior parte da população passava a conferir um valor especial a sua identidade nacional, formava-se um movimento de massa, ao qual chamei Fase C. Só nessa fase final podia surgir uma estrutura social plena, e então o movimento se diferenciava nas alas conservadora-clericalista, liberal e democrática, cada qual com seu próprio projeto.

QUATRO TIPOS DE MOVIMENTOS NACIONAIS

A finalidade dessa periodização, tal como a propus, foi permitir comparações significativas entre os movimentos nacionais — ou seja, algo mais do que meros levantamentos sincrônicos do que estava acontecendo numa mesma época em diferentes áreas da Europa do século XIX, a saber, o estudo de formas e fases análogas de desenvolvimento histórico. Tal comparação requer a escolha de um conjunto limitado de dimensões específicas. Quanto mais complexo o fenômeno a ser comparado, maior o número dessas dimensões pertinentes, é claro. Mas, normalmente, é recomendável proceder de maneira gradativa, acumulando passo a passo resultados comparativos, em vez de introduzir inúmeras dimensões de uma só vez. Eis aqui alguns dos marcadores mais significativos, alguns dos quais eu e outros exploramos, enquanto os demais permanecem como temas de pesquisas futuras: o perfil social e a distribuição territorial dos principais patriotas e ativistas; o papel da língua como símbolo e veículo de identificação; o lugar do teatro (e também da música e do folclore) nos movimentos nacionais; o destaque (ou não) da demanda por direitos civis; a importância da consciência histórica; a situação do sistema escolar e a difusão da alfabetização; a participação das igrejas e a influência da religião; a contribuição das mulheres como ativistas e como símbolos. Acima de tudo, porém, o que emergiu de meu trabalho foi a importância central, para qualquer tipologia dos movimentos nacionais da Europa Central e Oriental (mas não apenas ali), da relação entre a transição para a Fase B e para a Fase C, de um lado, e a transição para uma sociedade constitucional baseada na igualdade perante a lei, de outro — aquilo a que se dá o nome genérico de momento da “revolução burguesa”. Combinando essas duas séries de mudanças, podemos distinguir quatro tipos de movimentos nacionais na Europa:

1. No primeiro, o começo da agitação nacional (Fase B) ocorreu sob o antigo regime do Absolutismo, mas adquiriu um caráter de massa num momento de mudanças revolucionárias no sistema político, quando um movimento trabalhista organizado também começou a se afirmar. Os líderes da Fase B elaboraram seus projetos nacionais em situações de sublevação política. Foi o que aconteceu com a agitação tcheca na Boêmia e com os movimentos

húngaro e norueguês, todos os quais entraram na Fase B por volta de 1800. Os patriotas noruegueses conquistaram uma Constituição liberal e a declaração da Independência em 1814, enquanto os tchecos e magiares elaboraram seus projetos nacionais — ainda que de maneira muito diferente — durante as revoluções de 1848.

2. No segundo, a agitação nacional também se iniciou sob o antigo regime, mas a transição para um movimento de massas, ou Fase C, foi adiada até depois de uma revolução constitucional. Essa mudança da seqüência podia ser causada quer pelo desenvolvimento econômico desigual, como na Lituânia, Letônia, Eslovênia ou Croácia, quer pela opressão estrangeira, como na Eslováquia ou na Ucrânia. Pode-se dizer que a Fase B começou na Croácia na década de 1830, na Eslovênia na de 1840, na Letônia no fim da de 1850 e na Lituânia só depois da de 1870 — só chegando à Fase C, na Croácia, depois da década de 1880; na Eslovênia, na de 1890; e na Letônia e Lituânia, apenas durante a revolução de 1905. A magiarização forçada freou a transição para a Fase C na Eslováquia depois de 1867, o mesmo tendo acontecido com a russificação opressiva na Ucrânia.
3. No terceiro tipo, o movimento nacional adquiriu um caráter de massa já no antigo regime e, portanto, antes do estabelecimento de uma sociedade civil ou de uma ordem constitucional. Esse padrão produziu insurreições armadas e se restringiu às terras do império otomano na Europa — Sérvia, Grécia e Bulgária.
4. No último tipo, a agitação nacional iniciou-se em condições constitucionais, num contexto capitalista mais desenvolvido, característico da Europa Ocidental. Nesses casos, o movimento nacional pôde chegar muito cedo à Fase C, como nas terras bascas e na Catalunha, ao passo que, noutros, só o fez após uma longuíssima Fase B, como em Flandres, ou nem sequer o conseguiu — como em Gales, na Escócia ou na Bretanha.

É claro que nenhum dos passos traçados até aqui — desde a definição, passando pela periodização, até a tipologia — é um fim em si. Eles não explicam as origens ou os desfechos dos vários movimentos nacionais. São apenas pontos de partida necessários para a verdadeira tarefa de toda pesquisa histórica: a análise causal. O que explica o sucesso da maioria desses movimentos na época que se encerrou em Versalhes, e o fracasso dos demais? O que explica as variações em sua evolução e seu desfecho? Se a idéia em voga de que as nações da Europa foram inventadas pelo nacionalismo não tem fundamento, as explicações monocausais saem-se pouco melhor. Qualquer explicação satisfatória tem que ser multicausal e se deslocar entre diferentes níveis de generalização; e tem que se estender por um período cronologicamente longo de desenvolvimento europeu desigual.

ANTECEDENTES DA CONSTRUÇÃO DAS NAÇÕES

Qualquer explicação dessa natureza tem que começar pelo “prelúdio” à moderna construção das nações, no fim da era medieval e início da era moderna. Ele teve grande peso não só para os Estados nacionais do Ocidente, mas também para os grupos étnicos que continuaram ou passaram a ser dominados por classes dominantes “externas” no Centro e no Leste do continente, ou em outros pontos. Na realidade histórica, é claro, houve muitos casos transicionais entre esses dois tipos ideais. Inúmeros Estados medievais, dotados de sua própria língua escrita, não lograram transformar-se em Estados nacionais, mas, ao contrário, perderam parte ou a totalidade de sua autonomia, enquanto suas populações em geral preservaram sua etnia. Foi o caso dos tchecos, catalães, noruegueses, croatas, búlgaros, galeses, irlandeses e outros. Mesmo no caso de grupos étnicos não dominantes bastante “puros”, em termos tipológicos — por exemplo, os eslovenos, os estonianos ou os eslovacos —, não podemos descartar seu passado comum como um simples mito. Em termos mais gerais, o legado do primeiro estágio do processo de construção nacional, mesmo quando abortado, freqüentemente deixou recursos significativos para o segundo. Isso inclui, em particular, o seguinte:

1. Muitas vezes, subsistiram algumas características remanescentes de uma autonomia política anterior, apesar de apropriadas por membros de Estados pertencentes à nação “dominante”. Elas geraram tensões entre os Estados e o Absolutismo, tensões que, em alguns casos, foram estopins de movimentos nacionais posteriores. Esse padrão pôde ser observado em muitas partes da Europa no fim do século XVIII — por exemplo, na resistência dos Estados húngaro, boêmio e croata ao centralismo de Josefina, na reação da nobreza da Finlândia ao neo-absolutismo de Gustavo III, na oposição dos proprietários protestantes de terras da Irlanda à centralização inglesa, ou na reação da burocracia local da Noruega ao absolutismo dinamarquês.
2. A “lembrança” da independência ou da condição de Estado anteriores, ainda que situadas em passado distante, pôde desempenhar um papel importante no estímulo à consciência histórica nacional e à solidariedade étnica. Esse foi o primeiríssimo argumento empregado na Fase B pelos patriotas das terras tchecas, da Lituânia, Finlândia, Bulgária, Catalunha e outras regiões.
3. Em muitos casos, a língua escrita medieval havia mais ou menos sobrevivido, tornando mais fácil desenvolver a norma de uma língua moderna dotada de uma literatura própria, como aconteceu com os tchecos, os finlandeses e os catalães, entre outros. Todavia, o contraste entre os casos desse legado e os da ausência dele foi muito exagerado no século XIX, quando se afirmou, algumas vezes, que ele correspondia a uma distinção entre os povos “histó-

ricos” e os “a-históricos”. Na verdade, sua projeção limitou-se ao ritmo com que a consciência histórica da nação pôde então surgir.

Na totalidade dos casos, fica claro que o processo moderno de construção nacional começou pela coleta de informações sobre a história, a língua e os costumes do grupo étnico não dominante, a qual se tornou o ingrediente crucial na primeira fase da agitação patriótica. Os pesquisadores eruditos da Fase A “descobriam” o grupo étnico e lançavam as bases para a formação posterior de uma “identidade nacional”. Contudo, não se pode dizer que sua atividade intelectual fosse um movimento social ou político organizado. Até esse momento, a maioria dos patriotas não articulava uma demanda “nacional”. A conversão de suas metas nos objetivos de um movimento social em busca de mudanças culturais e políticas foi um produto da Fase B, e as razões por que isso ocorreu ainda permanecem, em larga medida, uma questão em aberto. Por que os interesses eruditos se transformaram em apegos emocionais? Por que a afeição por uma região ou a lealdade a ela converteram-se na identificação de um grupo étnico como nação em potencial?

O PAPEL DA MOBILIDADE SOCIAL E DA COMUNICAÇÃO

Numa primeira abordagem, poderíamos considerar três processos como decisivos para essa transformação: (1) uma crise social e/ou política da antiga ordem, acompanhada por novas tensões e horizontes; (2) o surgimento da insatisfação entre elementos significativos da população; (3) a perda da confiança nos sistemas morais tradicionais, sobretudo o declínio da legitimidade religiosa, mesmo que isso afetasse somente um pequeno número de intelectuais (não apenas os influenciados pelo racionalismo iluminista, mas também outras correntes dissidentes). *Grosso modo*, fica claro que as pesquisas futuras deverão prestar mais atenção a essas várias facetas da crise e à competência ou à disposição comparativas dos patriotas para articular respostas para elas em termos nacionais — e não simplesmente sociais ou políticos. Quando alguns grupos de intelectuais desencadeavam uma verdadeira agitação nacional, esta, por sua vez, dava início à Fase B, sempre crítica. Mas isso não significava automaticamente o nascimento de uma nação moderna, que exigia outras condições para surgir. Pois devemos indagar em que circunstâncias essa agitação acabava tendo sucesso, evoluindo para um movimento de massas, na Fase C, capaz de levar a termo o projeto nacional.

Várias teorias foram propostas por cientistas sociais para explicar essa transformação, mas é difícil nos satisfazer com elas, pois não correspondem aos fatos empíricos. Ernest Gellner, por exemplo, atribui o crescimento do “nacionalismo” essencialmente aos requisitos funcionais da industrialização.⁵ No entanto, a maioria dos movimentos nacionais da Europa surgiu bem antes da chegada

da indústria moderna e, em geral, concluiu a decisiva Fase B de seu desenvolvimento muito antes de ter qualquer contato com ela — muitos deles, na verdade, em condições predominantemente agrárias. Mas, se essas falhas são comuns a grande parte da bibliografia sociológica, não podemos, por outro lado, simplesmente nos restringir às descrições indutivas do tipo privilegiado pelos historiadores tradicionalistas. Assim, examinemos dois fatores, designados por termos diferentes por diferentes autores, mas que gozam em essência de um certo consenso nesse campo. Adotando o vocabulário de Karl Deutsch, podemos chamá-los de mobilidade social e comunicação.⁶ À primeira vista, a situação parece relativamente clara. Na maioria dos casos, os membros dos grupos patrióticos pertenciam a profissões dotadas de alta mobilidade vertical; em nenhum caso eles foram dominados por pessoas recrutadas entre grupos com baixa mobilidade social, como os camponeses. Assim, o alto nível de mobilidade social parece ter sido uma condição favorável para a aceitação dos projetos patrióticos na Fase B. Até aqui, tudo bem. Infelizmente, contudo, sabemos que, com frequência, ele também facilitava a assimilação dos membros do mesmo grupo nas fileiras da nação dominante. Do mesmo modo, a comunicação social, como transmissão de informações sobre a realidade e de atitudes perante ela, decerto desempenhou um papel importante no advento da moderna sociedade capitalista. Se analisarmos as profissões dos patriotas, chegaremos à conclusão de que a agitação nacional atraiu com muita facilidade aqueles do grupo étnico não dominante que desfrutavam dos melhores canais dessa comunicação. A análise territorial gera o mesmo resultado: as regiões com as redes mais densas de comunicação foram as mais susceptíveis a esse tipo de agitação. Até aqui, a visão de Deutsch parece confirmar-se — a de que o crescimento dos movimentos nacionais (ele fala em nacionalismo) caminhou de mãos dadas com o avanço da comunicação e da mobilidade sociais, processos inseridos numa transformação mais geral da sociedade.⁷

No entanto, é ainda necessário verificar essa hipótese no cotejo com a realidade histórica, pelo menos em dois casos. Num dos extremos, temos à mão o exemplo do distrito da Polésia, na Polônia do entre-guerras: uma área de mobilidade social mínima, contatos fraquíssimos com o mercado e muito pouca alfabetização. Quando, no censo de 1919, perguntou-se a seus habitantes qual era sua nacionalidade, a maioria apenas respondeu: “das redondezas”.⁸ O mesmo padrão prevaleceu no leste da Lituânia, na Prússia Ocidental, na Baixa Lusácia e em várias regiões balcânicas. Mas, e a situação oposta? Podem o crescimento intensivo da comunicação e o alto índice de mobilidade ser considerados causas de uma Fase B bem-sucedida? De modo algum. A experiência de lugares como Gales, Bélgica, Bretanha ou Schleswig mostra, ao contrário, que eles podiam coexistir com uma fraca reação à agitação nacional, em condições em que a ordem constitucional em processo de amadurecimento revelava-se mais importante.

CRISE E CONFLITO

Sendo assim, deve ter havido outro fator de peso, além da mudança social e dos altos níveis de mobilidade e comunicação, os quais tipicamente contribuíam para impulsionar os movimentos nacionais. Dei a esse fator o nome de conflito de interesses de relevância nacional — em outras palavras, uma tensão ou um conluio sociais passíveis de ser mapeados em divisões lingüísticas (e também religiosas, às vezes). Um exemplo comum no século XIX foi o conflito entre os novos formandos universitários provenientes de um grupo étnico não dominante e uma elite fechada da nação dominante, que mantinha um controle hereditário sobre as posições principais no Estado e na sociedade.⁹ Mas também houve choques entre camponeses pertencentes ao grupo subalterno e senhores de terras do grupo dominante, entre artesãos do primeiro e grandes comerciantes e fabricantes do segundo, e assim por diante. É importante frisar que esses conflitos de interesse, que influíam no destino dos movimentos nacionais, não podem ser reduzidos a conflitos de classe — pois os movimentos nacionais sempre recrutaram seus membros em diversas classes e grupos, para que seus interesses fossem determinados por um espectro amplo de relações sociais (inclusive, é claro, as relações de classe).

Por que esses tipos de conflitos sociais foram articulados com mais sucesso em termos nacionais em algumas partes da Europa do que em outras? Paradoxalmente, podemos dizer que, no século XIX, era comum a agitação nacional começar mais cedo e avançar mais depressa nas áreas em que os grupos étnicos não dominantes como um todo, muitas vezes incluindo seus líderes, tinham pouco preparo político e praticamente nenhuma experiência política, em virtude da opressão absolutista em que tinham crescido. A Boêmia ou a Estônia são dois dentre muitos exemplos. Nessas circunstâncias, havia pouca margem para as formas mais desenvolvidas de discurso ou argumentação políticos. De ambos os lados de um dado conflito, era mais fácil articular as contradições ou as hostilidades sociais em categorias nacionais — como perigos para a cultura comum, ou para uma língua específica ou um dado interesse étnico. Essa é a principal razão por que os movimentos nacionais da Europa Ocidental revelam um desvio tipológico (ver Tipo 4, *supra*). Os níveis mais altos de cultura e experiência políticas permitiam que os conflitos de interesse na maioria das zonas ocidentais fossem articulados em termos políticos. Assim, desde o início da Fase B, os patriotas flamengos dividiram-se em dois campos — liberal e clericalista —, e a maioria dos eleitores de Flandres expressou suas preferências políticas votando nos partidos Liberal ou Católico, deixando apenas uma pequena minoria para o Partido Flamengo propriamente dito. O mesmo fenômeno pode ser observado no País de Gales ou na Escócia de hoje. Nessas condições, o projeto nacional não tinha facilidade de conquistar um apoio maciço

e, em alguns casos, nunca atingiu uma transição para a Fase C. A lição a ser tirada disso é que não basta considerar apenas o nível formal de comunicação social alcançado numa dada sociedade — deve-se também examinar o complexo de conteúdos veiculados por ela (mesmo que alguns destes sejam parcialmente inconscientes). Quando os lemas e metas nacionais usados pelos agitadores para articular as tensões sociais correspondem efetivamente à experiência cotidiana imediata, ao nível de escolaridade e ao sistema de símbolos e estereótipos corrente na maior parte do grupo étnico não dominante, a Fase C pode ser atingida num prazo relativamente curto.

Portanto, esse padrão de movimento nacional bem-sucedido inclui, invariavelmente, pelo menos quatro elementos: (1) uma crise de legitimidade, ligada a tensões sociais, morais e culturais; (2) um certo nível de mobilidade social vertical (algumas pessoas instruídas têm que provir do grupo étnico não dominante); (3) um nível bastante alto de comunicação social, que incluía alfabetização, escolaridade e relações de mercado; e (4) conflitos de interesses de relevância nacional. Esse modelo não pretende explicar tudo na longa e complexa história dos movimentos nacionais. Permitam-me ilustrá-lo com uma indicação de alguns dos problemas que continuam não resolvidos, apesar da plethora de novas “teorias do nacionalismo”.

AS LACUNAS REVELADAS PELO MODELO

Minha pesquisa comparativa concentrou-se na gama de constelações sociais em ação na Fase B dos movimentos nacionais da Europa do século XIX. Até o presente, não foi feito nenhum estudo análogo da Fase C.¹⁰ Também aqui, há extrema necessidade da análise comparativa, não só dos grupos sociais mobilizados depois que o projeto nacional conseguiu atrair as massas, mas também da importância relativa dos três componentes principais de seu próprio programa. Não houve nenhuma combinação ideal desses componentes. O que precisamos explorar são as inter-relações entre as aspirações culturais, políticas e sociais dos projetos nacionais da época, bem como a estrutura interna de cada um e as demandas específicas surgidas deles. Já sabemos que estas podiam variar enormemente. Além disso, uma vez que as demandas políticas ganhavam destaque no projeto nacional, era inevitável que o movimento se tornasse um campo de batalha para a conquista do poder, não apenas na luta contra a nação dominante, mas também dentro das lideranças dos movimentos nacionais. Nessas circunstâncias, a liderança destes passava, tipicamente, das camadas intelectuais para as profissionais, num sentido mais amplo.

Outro campo vital para a pesquisa comparada é a aparência social dos principais patriotas — acima de tudo, da intelectualidade nacional da região. Algu-

mas comparações preliminares que fiz entre os intelectuais tchecos, poloneses, eslovacos e alemães desse período sugerem que, até o momento, há aqui oportunidades inexploradas de interpretação dos estereótipos nacionais, da cultura política e dos sentimentos sociais dos patriotas. As diferenças marcantes nas origens sociais das intelectualidades alemã e tcheca da época projetam uma nova luz sobre os movimentos nacionais de cada grupo na Boêmia.¹¹ Mas devemos também notar que, até hoje, pouquíssimo trabalho foi feito sobre os intelectuais que, em razão de sua educação e etnia, poderiam ter participado do movimento nacional e não o fizeram. Também precisamos saber mais sobre essa intelectualidade não preocupada com a nação, ou assimilada.

Uma última e substancial lacuna na pesquisa contemporânea sobre os movimentos nacionais do século XIX talvez pareça inesperada. Usou-se de muita ironia quanto às lendas históricas e aos passados fictícios transmitidos pelos patriotas da época.¹² Mas, na verdade, sabemos muito pouco sobre o verdadeiro papel da história no surgimento e crescimento dos movimentos nacionais. Isso porque, naturalmente, havia um fundo autêntico de experiência histórica a que muitos deles podiam recorrer: todo o material depositado pelo estágio inicial, pré-moderno, do processo de construção nacional em si. Ademais, havia as várias formas em que, posteriormente, este se refletiu na consciência do grupo étnico não dominante. O mais das vezes, o tipo de reflexão histórica surgido no início do movimento nacional era muito diferente do que se desenvolvia em seu final. Aqui, é provável que as comparações entre a Europa Ocidental e a Oriental, as nações dominantes e as dominadas, sejam instrutivas. Colocar lado a lado os romances históricos alemães e tchecos desse período, como fiz recentemente, produz resultados sugestivos: enquanto a maioria dos primeiros retira seus heróis das fileiras dos governantes e nobres (sobretudo prussianos), essa mesma camada social raramente é representada nos últimos.¹³

OS “NOVOS NACIONALISMOS” RECAPITULAM OS ANTIGOS

Até que ponto o modelo esboçado até aqui, desenvolvido a partir do trabalho efetuado sobre os movimentos nacionais da Europa do século XIX, é útil para compreendermos os “novos nacionalismos” das atuais Europa Central e Oriental? A visão convencional de que o tumulto de hoje é resultante do desencadeamento de forças irracionais que foram reprimidas por muito tempo — “congeladas”, por assim dizer — no comunismo, e que estão agora em plena revivescência, após um intervalo de cinquenta anos, é evidentemente superficial. É uma concepção extravagante, mais próxima do mundo dos contos de fadas que dos processos históricos. É muito mais plausível ver as forças que vêm remoldando a Europa Central e Oriental na última década como “novos mo-

vimentos nacionais”, cujas metas apresentam muitas analogias, bem como algumas diferenças significativas, com os movimentos do século XIX.

A semelhança mais marcante entre os dois está na reprodução contemporânea do mesmo tríptico de aspirações que compôs o projeto nacional de cem anos atrás. Naturalmente, as metas específicas buscadas não são idênticas às dos movimentos nacionais anteriores, mas a direção geral guarda estreita relação com eles. Mais uma vez, as demandas lingüísticas e culturais vieram à tona com vigor — acima de tudo, é claro, nos territórios da antiga União Soviética. Ali, a política oficial nunca reprimiu as línguas locais da maneira como muitas vezes o fizera a dominação czarista — na verdade, ela ajudou a promovê-las no período do entre-guerras, quando os vernáculos ucraniano, bielorusso, caucasiano e centro-asiático tornaram-se línguas oficiais do ensino escolar e das publicações. Mas, nas regiões ocidentais incorporadas depois da guerra, não se adotou nenhuma política desse tipo, já que o russo foi cada vez mais imposto como a língua da vida pública. Daí a importância atual das questões lingüísticas nessa área. Não por acaso, a Estônia declarou que o conhecimento de sua língua é uma condição para obter os direitos civis e a Moldávia reivindicou o alfabeto latino. Nos países a oeste do Bug e do Dniester, as demandas lingüísticas têm sido menos destacadas. Mas, também ali, dentre os primeiros sinais da desintegração da Iugoslávia esteve a campanha pela separação do croata, como língua plenamente independente, e do sérvio, nas décadas de 1970 e 1980; da mesma forma, o Instituto de Literatura Eslovaca (Matica), usando argumentos lingüísticos, pôs-se na dianteira da pressão em prol da independência nacional da Eslováquia.

Se a importância do componente lingüístico varia hoje de região para região, o componente político é central em todas elas. Cada uma das duas metas articuladas nesse caso encontra um paralelo no passado. De um lado, a reivindicação de democracia corresponde à demanda por direitos civis do projeto dos movimentos “clássicos”. De outro, o desejo de independência plena faz lembrar a pressão pela autonomia étnica no século XIX. Na maioria dos casos, embora não em todos (Eslovênia, Croácia ou Eslováquia), a experiência da condição de Estado que houve no pré-guerra fornece o modelo decisivo. Em 1992, a independência política foi plenamente reafirmada na maior parte da Europa Central e do Leste, enquanto na antiga União Soviética as repúblicas componentes da união são hoje Estados soberanos, ao menos juridicamente. Nessas condições, as energias voltam-se agora para a direção a ser tomada pela independência conquistada — isto é, para a questão da política relacionada com os vizinhos externos e com as minorias internas.

Por fim, os novos movimentos nacionais exibem um projeto social de natureza distinta, em condições em que, tipicamente, há uma rápida troca das classes dominantes. Os líderes desses movimentos almejam uma meta muito

específica: concluir a estrutura social da nação, criando uma classe capitalista correspondente à dos Estados ocidentais, na qual eles mesmos passem a desfrutar de uma posição de destaque. Também nesse aspecto, as analogias formais com o passado são marcantes.

Além delas, ademais, há uma série de outras semelhanças significativas. No século XIX, a transição para a Fase B ocorria num momento em que o antigo regime e sua ordem social estavam à beira da desintegração. À medida que os laços tradicionais se afrouxavam ou desfaziam, a necessidade de uma nova identidade coletiva unia pessoas de classes sociais diferentes e, em seguida, correntes políticas num movimento nacional único. Hoje, do mesmo modo, depois do colapso do governo comunista e do planejamento central, os vínculos conhecidos desmoronaram, deixando uma angústia e insegurança generalizadas, criando um contexto em que a idéia nacional assume o papel da integração coletiva. Em situações de estresse agudo, é típico que as pessoas supervalorizem o conforto protetor de seu grupo nacional.

A identificação com o grupo nacional inclui, como no século XIX, a construção de uma imagem personalizada da nação. O passado glorioso dessa personalidade passa a ser vivido como parte da memória individual dos cidadãos, e suas derrotas são ressentidas como fracassos que ainda os afetam. Um dos resultados dessa personalização é que as pessoas encaram sua nação — ou seja, elas mesmas — como um corpo único, num sentido mais do que metafórico. Se algum infortúnio atinge uma pequena parte da nação, ele se faz sentir por toda ela, e, se algum ramo do grupo étnico — mesmo que viva muito longe da “nação-mãe” — é ameaçado de assimilação, os membros da nação personalizada podem vivenciar isso como uma amputação no corpo nacional.

O corpo nacional personalizado precisa, é claro — como no século XIX —, de seu próprio espaço distinto. Hoje, como então, as reivindicações desse espaço tendem a se basear em apelos a dois critérios diferentes, cuja relação é muitas vezes controvertida: de um lado, ao princípio de uma área definida pela homogeneidade étnica de sua população, como grupo lingüístico-cultural comum; de outro, à idéia de um território histórico, com suas próprias fronteiras tradicionais, que muitas vezes inclui outros grupos étnicos de condição minoritária. No século XIX, o segundo desses critérios adquiriu especial importância para as chamadas “nações históricas”. Assim, os tchecos consideravam todas as terras dentro das fronteiras da Boêmia e da Morávia como seu corpo nacional; os croatas viam todas as três partes do reino medieval como sua propriedade; os lituanos encaravam a cidade judaico-polonesa de Wilno como sua verdadeira capital. Hoje, esse padrão é potencialmente ainda mais difundido. Além das nações que foram tidas como “históricas” no século XIX, há outras que adquiriram o tipo relevante de história antes da guerra, quando os estonianos ou os letonianos conquistaram um Estado independente, ou mesmo

durante ela, quando os eslovacos e os croatas obtiveram protetorados mediante concessões nazistas. Nessa situação, os líderes dos novos movimentos nacionais novamente se inclinam a declarar que as fronteiras estatais são fronteiras nacionais, tratando as minorias étnicas de “seu” território como forasteiros cuja identidade pode ser desprezada, ou cujos membros podem ser expulsos. A psicogeografia mais uma vez desempenha um papel importante na Europa, enquanto as crianças das escolas primárias contemplam constantemente os mapas oficiais de seus países.¹⁴

DEMANDAS ETNOLINGÜÍSTICAS E PROBLEMAS DE REBAIXAMENTO

Por que, podemos indagar, os argumentos étnicos e lingüísticos adquirem com tanta freqüência a primazia nos projetos de muitos dos novos movimentos nacionais da Europa Central e Oriental, exatamente numa época em que o mundo ocidental tenta dizer adeus à etnia como princípio organizador da vida econômica? A experiência dos movimentos nacionais clássicos da região sugere uma explicação.¹⁵ Quando sua agitação teve início, no século XIX, os membros do grupo étnico não dominante não tinham instrução política nem experiência de atividade pública na sociedade civil. Nessas condições, dificilmente seriam eficazes os apelos do discurso político dos direitos civis ou humanos. Para um camponês tcheco ou estoniano, “liberdade” não significava adotar um regime parlamentar, mas sim abolir as exações feudais e abrir a possibilidade de usar suas próprias terras agrícolas sem empecilhos. A realidade de uma língua e de costumes comuns podia ser apreendida com muito mais facilidade e rapidez do que as concepções remotas de liberdade constitucional. Hoje, de modo relativamente análogo, após cinquenta anos de regime ditatorial, o conhecimento da sociedade civil ainda se mostra basicamente ausente, e os apelos lingüísticos e culturais podem, mais uma vez, agir como substitutos de demandas políticas articuladas — podemos ver isso nas antigas repúblicas da Iugoslávia, na Romênia e nos Estados bálticos. Na prática, isso pode acontecer até mesmo quando ressoam no discurso oficial referências à democracia e aos direitos civis.

As demandas lingüísticas e étnicas não têm a mesma importância em toda parte, é claro. Mas, particularmente em muitas das repúblicas da antiga União Soviética, a língua da nação dominante foi, freqüentemente, um símbolo da opressão política, qualquer que fosse a situação formal da língua local predominante. No século XIX, boa parte da luta travada pelos movimentos nacionais da época — contra a burocracia de língua alemã do império dos Habsburgos, a burocracia russa do império czarista ou o oficialato do império otomano — girou em torno de questões lingüísticas. Também hoje, o vernáculo de qualquer

pequena nação em luta por sua independência é automaticamente considerado a língua da liberdade. O que está em jogo nisso, porém, são mais do que questões de prestígio e simbolismo. A má vontade da nação dominante para aceitar uma verdadeira igualdade lingüística sempre colocou o grupo étnico não dominante em desvantagem material. Durante a Monarquia Dual, os falantes de alemão e húngaro recusavam-se a aprender ou a usar as línguas de outros grupos étnicos que vivessem em “seu” território. Então, com a desintegração do império e o surgimento de novos Estados independentes em 1918-1919, muitos deles viram-se subitamente reduzidos à condição de minorias oficiais. Mas, caracteristicamente, continuaram não querendo aceitar o predomínio da língua das nações pequenas — já então dominantes — sob cujo governo viviam: os tchecos, romenos, poloneses e outros. Essa era uma situação explosiva, cujas conseqüências tornaram-se fatais com o advento do Terceiro Reich na Alemanha. Atualmente, um processo similar de rebaixamento vem ocorrendo, à medida que particularmente os russos das repúblicas periféricas vão-se tornando minorias nos Estados independentes em processo de construção pelos movimentos nacionais. Os paralelos históricos entre a situação dos *Volksdeutsche* e a dos, digamos, “*Volksrussen*” são marcantes e inquietantes.

A ESPECIFICIDADE DA CONJUNTURA PÓS-COMUNISTA

Que dizer do papel dos conflitos sociais de relevância nacional na situação contemporânea? Teoricamente, poderíamos supor que eles não emergiriam nos casos em que os choques de interesses conseguissem ter expressão política ou social direta. No entanto, embora nossos conhecimentos continuem muito limitados nesse aspecto, está claro que alguns desses conflitos vêm-se tornando nacionalmente agudos. Os casos em que a intelectualidade local confronta-se com uma elite lingüística de outra origem étnica, que se recusa a aprender a língua local — a situação paradigmática do Báltico —, não são, nesse aspecto, os mais disseminados. Na verdade, a maioria dos conflitos sociais que hoje têm relevância nacional é bem distinta da situação clássica do século XIX e atesta a profunda dessemelhança entre as estruturas sociais da Europa Central e Oriental de hoje e de ontem.

Sob muitos aspectos, a situação atual da região é singular na história européia. A antiga ordem, baseada numa economia planejada e no domínio de uma nomenclatura, subitamente desapareceu, deixando um vazio político e social. Nessas condições, as novas elites, educadas no antigo regime mas agora na chefia do movimento nacional, ocuparam rapidamente posições de destaque na sociedade. A camada instruída dos grupos étnicos não dominantes lutou por metas similares no século XIX, mas teve que batalhar por cada posição com as elites estabelecidas da nação dominante. Uma das condições de

seu sucesso era a aceitação dos estilos de vida, dos códigos morais e das regras do jogo tradicionais da classe que estava acima dela. Hoje, em contraste, a mobilidade social vertical para os níveis mais elevados da riqueza ou do poder não está sujeita a costumes tradicionais, parecendo, muitas vezes, ser o simples resultado de egoísmos individuais ou nacionais. O vazio no topo da sociedade criou a possibilidade de carreiras muito velozes, à medida que uma nova classe dominante começa a tomar forma, recrutada na confluência de três correntes principais — os aprendizes de políticos (alguns deles, antigos dissidentes), os burocratas veteranos (os administradores mais hábeis da antiga economia dirigida) e os empresários emergentes (às vezes, com recursos de origem duvidosa). Até o momento, a luta dentro desses grupos (e entre eles) pelas posições privilegiadas tem produzido os mais intensos conflitos de interesses nas sociedades pós-comunistas; sempre que membros de diferentes grupos étnicos vivem num mesmo território, isso gera as principais tensões nacionais relevantes que observamos hoje.

Os riscos dessa situação se tornam ainda maiores por outra diferença marcante entre a constelação contemporânea e a anterior. No século XIX, os conflitos nacionais de interesses surgiam, tipicamente, de processos de crescimento econômico e aperfeiçoamento social — que jogavam os artesãos tradicionalistas contra os industriais favoráveis à modernização, os pequenos agricultores contra os grandes latifundiários ou os empresários modestos contra os grandes banqueiros, na busca das respectivas fatias de um bolo cujo tamanho aumentava. Hoje, porém, os conflitos desse tipo desenrolam-se em contextos de depressão e declínio econômicos, nos quais o bolo vai ficando menor. Nessas circunstâncias, não surpreende que a escala dos conflitos dentro do próprio movimento nacional seja muito maior do que no passado. Um dos resultados disso é que o amplo espectro das posições políticas representadas até mesmo pelos projetos dos partidos (autenticamente) “nacionalistas” do momento, que podem divergir muito quanto a seus métodos e objetivos, torna mais difícil falar de um projeto nacional único. Ao mesmo tempo, o avanço da comunicação social, proporcionado pelos modernos meios eletrônicos, permite uma conversão mais rápida da agitação nacional num sentimento de massas. Aumentam as possibilidades de manipulação popular e de invenção de interesses nacionais onde eles não existem. O controle dos meios de comunicação de massas na Europa Central e Oriental é um trunfo vital na luta pelo poder, pois sua utilização profissional confere um poder extraordinário aos controladores. Ainda não conhecemos as conseqüências disso.

Há, entretanto, outra diferença na conjuntura atual que pode funcionar como um efeito neutralizador. Durante o século XIX, o movimento nacional e o processo de construção nacional, assim como o nacionalismo, eram comuns a todas as regiões da Europa. Os novos movimentos nacionais da Europa Central

e Oriental, em contraste, surgem em cena numa época em que a idéia da integração europeia tornou-se uma realidade histórica na porção ocidental do continente. A forma que ela pode assumir continua a ser sumamente discutível, já que duas tendências opostas disputam o futuro constitucional da Comunidade Europeia — uma que procura fazer da Europa um continente de cidadãos, independentemente de sua etnia, e outra que se agarra firmemente às identidades étnicas tradicionais e tenta construir a Europa como uma unidade de Estados nacionais distintos. Qualquer que seja o desfecho desse conflito, não se pode ignorar que os líderes de todos os novos movimentos nacionais da antiga zona comunista proclamam seu desejo de ingressar no campo da Europa unificada. Nesse aspecto, podemos falar de dois processos (subjetivamente) complementares de identificação grupal na Europa Central e no Leste Europeu: o nacional, baseado na experiência histórica dos diferentes grupos étnicos da região, e que dá origem aos conflitos mencionados acima, e o europeu, que reflete novos horizontes e esperanças. Se aplicássemos os termos de nossa periodização do movimento nacional clássico ao próprio processo da integração europeia, sem dúvida encontraríamos um exitoso segundo estágio da Fase B na Europa Ocidental, enquanto apenas os primórdios da Fase B são visíveis na Europa Central e Oriental — onde, de qualquer modo, é importante distinguir as declarações economicamente oportunistas de adesão aos ideais europeus e as aspirações culturais ou políticas a esses ideais.

PERSPECTIVAS DE CATÁSTROFE?

Qual tende a ser o impacto dos novos movimentos nacionais na antiga zona comunista do continente como um todo? Os trágicos processos em andamento no que ainda ontem era a Iugoslávia evidenciam os riscos da conjuntura. A concentração inflexível nos atributos étnicos da nação leva rapidamente a uma política nacionalista, no verdadeiro sentido da palavra. Uma vez desencadeada essa dinâmica, os apelos humanistas ou moralistas revelam-se inúteis — não por falta de talento entre aqueles que os fazem, mas porque, depois de esses novos movimentos adquirirem um caráter de massa, eles não podem ser detidos pela argumentação racional nem reprimidos pela força política (que pode até provocar sua radicalização), como mostra a experiência anterior. Assim, até que ponto eles ameaçam não apenas a integração, mas a estabilidade da Europa?

Todos sabem que a conseqüência mais desastrosa dos movimentos nacionais clássicos da região foi sua contribuição ao início da Primeira Guerra Mundial. Atualmente, os críticos do “novo nacionalismo” da Europa Central e do Leste alertam para os perigos de uma repetição dessa seqüência fatal. Eles esquecem, entretanto, que foram essencialmente as políticas nacionalistas das

grandes potências que acarretaram a guerra; os conflitos entre os pequenos Estados e seus políticos nacionalistas foram pouco mais do que gravetos usados por essas potências para atizar o fogo. O “etnonacionalismo” contemporâneo é sobretudo um fenômeno de pequenos grupos étnicos ou nações que estão longe de possuir um grande peso internacional. Os conflitos a que ele dá origem são, na verdade, fatores de instabilidade regional, mas não põem em risco a paz na Europa do mesmo modo que na virada do século — ou, pelo menos, não o farão enquanto nenhuma das grandes potências tentar beneficiar-se deles. No momento, essa parece ser uma perspectiva remota, já que todos os grandes Estados europeus, com exceção da Rússia, estão unidos na Comunidade Européia. Não obstante, seria imprudente descartar a possibilidade de que algum político ou partido dos principais Estados ocidentais use algum dos novos movimentos nacionais para ampliar sua própria esfera de influência. As iniciativas alemãs na Eslovênia e na Croácia foram interpretadas por alguns nesse sentido. Existe, é claro, outro problema que hoje assola a região, e que mais faz lembrar o período do entre-guerras do que o século XIX. Trata-se da situação das minorias nos Estados pós-comunistas. Elas são de dois tipos. O primeiro abrange os grupos étnicos que vivem em áreas relativamente compactas dentro de um Estado dominado por outra nação, e, ao mesmo tempo, pertencem a uma nação do outro lado da fronteira: por exemplo, os húngaros na Eslováquia ou na Transilvânia, os sérvios na Croácia, os poloneses na Morávia, os russos na Estônia e os albaneses em Kosovo. O segundo inclui as populações étnicas dispersas por um Estado que não é o seu, como os eslovacos ou os alemães na Hungria, os romenos na Sérvia, os turcos na Macedônia e os ciganos por toda parte. Em qualquer dos casos, podem surgir movimentos minoritários de forma semelhante à dos movimentos nacionais, mas com a diferença crucial de que eles não têm esperança de conquistar um Estado nacional independente. As metas últimas desses movimentos podem ser a autonomia política ou a revisão das fronteiras. Mas, vez por outra, esses objetivos podem ser mais explosivos do que as metas dos próprios novos movimentos nacionais.

Concluindo, podemos perguntar: com base em nosso conhecimento dos movimentos nacionais clássicos da Europa do século XIX, o que se poderia considerar alterável e inalterável na dinâmica dos novos movimentos? A precondição fundamental de todos os movimentos nacionais — ontem e hoje — é uma profunda crise na antiga ordem, com o colapso de sua legitimidade e dos valores e sentimentos que a sustentavam. No caso dos movimentos atuais, essa crise combina-se com a depressão econômica e com a ameaça de um amplo declínio social, gerando uma crescente inquietação popular. Mas, em ambos os períodos, um terceiro elemento crucial da situação é o baixo nível da cultura e experiência políticas da ampla massa da população. A coincidência dessas três condições — crise social, recessão econômica e inexperiência política — é espe-

cífica da conjuntura contemporânea, e seus efeitos foram intensificados pelo grande aumento da densidade populacional e pela velocidade da comunicação social. Uma vez que a ordem vigente — absolutismo ou comunismo — passe por uma certa liberalização, os movimentos sociais ou políticos contra ela são inevitáveis. Eles se tornam nacionais quando dois outros fatores intervêm: deficiências reais para uma vida nacional plena e tensões significativas que possam ser articuladas como conflitos nacionais, dentro de um padrão de desenvolvimento desigual. Quando esses movimentos nacionais adquirem um caráter de massas, é impossível detê-los por proibições governamentais ou pelo uso da força. Hoje, quando muito, eles podem ser desviados, através da educação cívica nas escolas e nos meios de comunicação, para uma direção, talvez, neste momento, supostamente “européia”, e contidos por medidas oficiais que garantam um equilíbrio étnico razoável no serviço público. Mas as limitações dessas medidas são evidentes. O único remédio realmente eficaz para os riscos da situação atual é, infelizmente, o mais utópico: a resolução da crise econômica da região e o advento de uma nova prosperidade.

NOTAS

1. Ver, do autor, *Social Conditions of National Revival in Europe. A Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations*, Cambridge, 1985; e *Nardodni Hnuti v Evrope 19. Stoleti*, Praga, 1986.
2. O próprio termo “nacionalismo” entrou tardiamente no uso acadêmico — talvez não antes do trabalho do historiador norte-americano Carlton Hayes, sobretudo com sua *Historical Evolution of Modern Nationalism*, Nova York, 1931. Sua utilização continuou bastante rara na Europa do entre-guerras, como se pode ver pelo levantamento de A. Kemiläinen, *Nationalism. Problems Concerning the Word, the Concept and the Classification*, Jyväskylä, 1964. O primeiro estudioso europeu de peso a expor a noção numa análise sistemática foi E. Lemberg, *Der Nationalismus*, 2 v., Hamburgo, 1964.
3. Assim, se compararmos a incidência dos movimentos nacionais na Europa Ocidental e Oriental no século XIX, veremos que o número é aproximadamente o mesmo. Mas as proporções se alteram ao indagarmos quantas culturas medievais autônomas foram integradas ou extintas em cada região. No Ocidente, apenas algumas dessas culturas sobreviveram de modo a constituir a base de movimentos nacionais posteriores; outras — as culturas Niederdeutsch, árabe, provençal etc. — não sobreviveram. As monarquias ocidentais, de modo geral, mostraram-se muito mais capazes de assimilar as culturas e comunidades “não estatais” do que ocorreu com os impérios dos Habsburgos, dos Romanov ou otomano.
4. Houve movimentos nacionais que desenvolveram muito cedo a meta da independência — por exemplo, o norueguês, o grego ou o sérvio. Porém, houve muitos mais que só chegaram a ela bem tardiamente, e nas circunstâncias excepcionais da Primeira Guerra Mundial (entre eles, os movimentos tcheco, finlandês, estoniano, letônio e lituano); já outros (o esloveno ou o bielorusso) não a formularam nem mesmo nessa ocasião. O caso catalão fornece um vívido exemplo de como nem mesmo um movimento nacional poderoso precisa formular a demanda de um Estado independente.
5. Ver *Nations and Nationalism*, Oxford, 1983, *passim*.
6. Ver o livro de Deutsch, *Nationalism and Social Communication*, Cambridge, Mass., 1953. Outros estudiosos também frisaram a importância das comunicações sociais para a compreensão

- do sentimento nacional, sem adotar a perspectiva ou a terminologia de Deutsch. Ver, por exemplo, Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, Londres, 1983, ampliado na edição de 1991.
7. Otto Bauer foi o primeiro a compreender a relação entre o processo de construção nacional e a transformação capitalista geral da sociedade. Ver O. Bauer, *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*, Viena, 1907.
 8. Esse episódio não é analisado na literatura ocidental. Ver J. Tomaszewski, *Z dziejów Polésia 1921-1939*, Varsóvia, 1963, p. 25 e 32ss.
 9. Assinalei pela primeira vez a importância desses conflitos de relevância nacional em meu livro *Die Vorkämpfer der nationalen Bewegungen bei den kleinen Völkern Europas*, Praga, 1968. Para uma análise posterior mais detalhada do problema dos intelectuais desempregados, ver A. D. Smith, *The Ethnic Revival in the Modern World*, Cambridge, 1981.
 10. A escassez de estudos ilustrativos desse problema explica por que Eric J. Hobsbawm não pôde analisar a estrutura social da Fase C em seu último livro, *Nation and Nationalism 1789-1945*, Cambridge, 1990.
 11. Alguns resultados parciais foram publicados em Miroslav Hroch, "Das Bürgertum in den nationalen Bewegungen des 19. Jahrhunderts — ein europäischer Vergleich", in Jürgen Kocka (org.), *Bürgertum in 19. Jahrhundert*, v. 3, Munique, 1988, p. 345ss.
 12. Para um exemplo típico dessa reação simplista, ver W. Kolarz, *Myths and Realities in Eastern Europe*, Londres, 1946.
 13. *Die bürgerliche Belletristik als Vermittlerin des bürgerlichen Geschichtsbewusstseins: deutsches und tschechisches Geschichtsbild im Vergleich*, Bielefeld, ZIF, 1987.
 14. Quanto à psicogeografia como um componente da identidade nacional, ver F. Barnes (org.), *Us and Them: The Psychology of Ethnonationalism*, Nova York, 1987, p. 10ss.
 15. Os atuais movimentos nacionais do "Leste" e do "Oeste" são menos comparáveis hoje do que eram antes de 1918. Os movimentos nacionais ocidentais (por exemplo, o catalão, o basco, o galês, o bretão ou o escocês) ainda estão engajados na Fase C, ou mesmo numa Fase B iniciada no século XIX, ao passo que a maioria dos movimentos do Leste Europeu (por exemplo, o tcheco, o estoniano, o lituano ou o polonês) conquistou a independência nacional depois da Primeira Guerra Mundial, enquanto outros (por exemplo, o bielorusso ou o ucraniano) estão agora retomando uma Fase B interrompida, ou então (como o eslovaco ou o croata), a Fase C.